

HISTÓRIA E LINGUAGEM EM MANUSCRITOS SOBRE ESCRAVOS EM CATALÃO-GO¹

Fabíola Rodrigues de Sena²; Maria Helena de Paula³
fabioladesena@gmail.com; mhpcat@gmail.com
Departamento de Letras, Campus Catalão/UFG

Palavras-chave: História; Escravizados; Catalão; Manuscritos.

Introdução

O estudo ora apresentado traz caminhos, resultados e discussões da pesquisa iniciada em agosto de 2010, no *Campus Catalão*, realizada no Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL), do Departamento de Letras. O plano de estudos intitulado “História e linguagem em manuscritos sobre escravos em Catalão-GO” foi aprovado no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC/UFG) e vincula-se ao projeto de pesquisa “Em busca da memória perdida: estudos sobre escravidão em Goiás”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Maria Helena de Paula. Nossa pesquisa procurou desvendar, na linguagem escrita cartorial da Comarca de Catalão, marcas da história e da interrelação incontestes com os documentos oficiais, monumentos para o ofício do historiador.

Se, como diz Le Goff (1990), os documentos considerados oficiais são verdadeiros monumentos para a história, não se pode negar, no entanto, que o modo como são lidos ou não-lidos também muito se diz da história e do contexto social em que se inserem. Prova disso é um total silenciamento ou pagamento dessa história regional nos estudos históricos ou historiográficos do sudeste goiano. É nesse sentido que pretendemos trazer uma leitura inicial, do que nos oferecem o nosso *corpus* de estudo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados documentos manuscritos digitalizados que tematizam a escravidão em Catalão no século XIX e abordam compra e venda, hipoteca, carta de liberdade e doações dos escravizados. Estes documentos se encontram no acervo digital do LALEFIL e foram publicados por Cardoso (2009), em seu

¹ Revisado pela orientadora prof^a Dr^a Maria Helena de Paula.

² Graduanda em História, pelo Campus Catalão (CAC)/UFG; orientanda do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC).

³ Professora do Departamento de Letras do CAC/UFG, orientadora.

estudo linguístico e filológico sobre a escravidão em Catalão.

É comum em diversos estudos encontrarmos referência à prática da escravidão no Estado de Goiás, na maioria das vezes ligada à mineração. No entanto, o que tivemos em Catalão foram escravizados domésticos e/ou de lavoura, o que pode ter levado equivocadamente a se afirmar que não houve escravização de negros na região, ou pela necessidade da memória dita oficial negar ou ocultar estes fatos, comprovados por diversas escrituras.

Mas um acervo riquíssimo de documentação do período oitocentista nos revela o contrário. Esses manuscritos são uma forma de reafirmar a existência da utilização de mão de obra escravizada nas fazendas e residências da região. É por meio da linguagem escrita deixada como registro histórico que esses sujeitos escravizados passam a ter lugar na história. Esses escritos, em sua maioria, remetem-se ao escravizado como um objeto, como se observará nos registros emitidos por cartórios de bens e imóveis, evidenciando ainda mais o escravizado como coisa, como objeto que era vendido, hipotecado, doado.

Objetivos

Toda representação de linguagem, por sua natureza dialógica e ideológica (BAKHTIN, 2000), está eivada de historicidade. Não é necessário que se façam evidenciar fatos e datas para que se note nas superfícies linguísticas o lugar da história na língua. Assim, sobretudo a história dita como “oficial”, contida em documentos cartoriais, está carregada de ideologia e de representações socioculturais pois, segundo Chartier, o documento mantém uma “relação transparente com a realidade que apreende” (CHARTIER, 1990, p.62-3).

Nessa perspectiva, buscamos ler esses documentos dentro da configuração de seu tempo e com as ressalvas convenientes, tendo em vista a especificidade de que os documentos são escritos por um escrivão, que por sua vez escreve a mando de um senhor de escravizado, ou transcreve escritos de liberdade. Dentro dessa configuração, o documento é carregado de intenção de, no mínimo, dois sujeitos.

Diante disso, o que ora apresentamos é uma leitura possível da história que transparece e que se faz implícita nos documentos e, por meio desta leitura, procuramos estabelecer a relação entre história e linguagem na construção da identidade dos sujeitos escravizados, explícita ou implícita nos manuscritos catalanos.

Procuramos, ainda, observar na linguagem pistas a como se referia ao escravizado (há indícios linguísticos que indiquem a cor, etnia, nome?); qual o tipo de documento existente

(cartas de alforria, compra, venda, doação, hipoteca?); que informações recorrentes trazem os manuscritos sobre o escravizado que apontem uma possível prática no trato ao escravo na região e na época?

Metodologia

Com o fim de se atingirem plenamente os objetivos traçados e os resultados previstos, a realização do trabalho contou com etapas sequenciadas que permitiram lograr êxito na proposta inicial, tais que: inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica de temas sobre a escravidão, buscando por meio de leituras sobre a sociedade escravocrata, entender o quadro que se configurava no interior de Goiás, especificamente na região de Catalão; o acesso aos manuscritos, em edição *fac-símile* e semidiplomática, constituiu-se a etapa seguinte. Ler os documentos, no que oferecem como informação linguística e histórica, com base na leitura orientada de bibliografia pertinente, foi a etapa que permitiu, depois, entender e traçar algumas discussões sobre a história e a linguagem nos manuscritos sobre escravidão em Catalão.

Todas essas fases da pesquisa só foram possíveis graças aos trabalhos filológicos que se iniciaram no ano de 2006, no CAC/UFG, os quais permitiram surgir muitos outros projetos e o acesso mais democrático a esse tipo de documento, uma vez que uma quantidade relevante de manuscritos está disponibilizada digitalmente no já referido LALEFIL, laboratório de pesquisa do Departamento de Letras do CAC-UFG.

A filologia tem um papel importantíssimo em nosso trabalho, pois é por meio dela que conseguimos ter acesso ao *corpus* de nosso estudo. Filologia subentende-se zelo, fidedignidade ao que foi escrito originalmente, pois se trata de uma ciência que procura observar a veracidade documental (SPINA, 1977) e cujo resultado, as edições filológicas, procuram passar ao estudioso (leitor) aquilo que o documento original quis expressar.

A edição dos documentos *diversos* sobre escravização que temos em mãos, além de auxiliar e facilitar os diversos estudos historiográficos, permite também que os leitores tenham acesso a um português mais antigo, fazendo assim uma ponte que pode conduzir à história de sujeitos que durante tanto tempo foram excluídos, evidenciando aspectos que por vezes passaram despercebidos nos estudos, pois é inconteste que a linguagem é cultura (COELHO, 2006) e é entender a cultura da escravização que buscamos em nossos estudos.

Para a etapa em que procuramos evidenciar como a linguagem e a história se interdefinem e se entrelaçam nos arranjos socioculturais, procedemos ao levantamento de

dados para fazer um levantamento do vocabulário contendo as palavras que se referem ao negro escravizado como objeto. Nesse inventário, apresentaremos a expressão seguida da linha e fôlio em que ela se encontra o que nos auxiliará na identificação do escravizados a partir do seu dono, observando os termos como “crioulo”, “preto”, “africano”. Essas ocorrências podem ser um meio de dizer sobre o lado pejorativo remetido a esses sujeitos, mas também podem simplesmente falar do lugar de onde vieram ou explicar a miscigenação ocorrida entre negros e brancos, negros e índios.

Antes da apresentação do levantamento vocabulário, se faz necessário a escrita da ementa, já que não apresentaremos as edições dos documentos (cf CARDOSO, 2009), uma vez que o espaço do relatório não nos permite esse feito.

Nos manuscritos escolhidos, encontramos escrituras de compra e venda de escravos, de hipoteca, de doação e cartas de liberdade. Quando tratamos de escrituras, de qualquer gênero, remetemos à esfera do aparato legal e institucional atrelado à função de garantir a negociação de bens, conforme registro oficial desse gênero. Consideramos, à esteira de Spina, que:

Intrinsecamente o documento é constituído de duas partes: uma interior, que constitui o corpo do documento e contém o fato registrado: é o TEXTO; outra exterior, que serve de moldura do documento, e contém as fórmulas que conferem a ele perfeição legal e personalidade, servindo também para a sua autenticação, datação e publicidade: é o PROTOCOLO (SPINA, 1977, p. 53).

O trabalho com documentos cartoriais permite saber que tipos de documentos existem nos cartórios e qual a linguagem específica do documento eleito para a pesquisa. Sabe-se que são de riqueza histórica e linguística incontestável, pois:

Os livros de notas dos tabeliães são preciosos para a análise da sociedade da economia do passado. Ali se encontram registros de negócios os mais *diversos*: escrituras de compra de terras, imóveis urbanos e cativos; escrituras de criação de sociedades e de estabelecimento de negócios comerciais; registro de procurações, de cartas de alforrias de escravos, de emancipação de filhos, de contratos de casamentos, de nascimento e de óbito (BACELLAR *apud* PINSKY, 2006, p. 38-39).

Dizendo de outro modo, os documentos que constituem o *corpus* de nosso estudo, por se tratarem de textos notariais, se prestam a registros tais que os suprarreferidos: neles acha-se toda a sorte de oficialização das relações escravistas no sudeste goiano, especialmente nos limites que compreendiam a cidade de Catalão, o que reforça a relevância da pesquisa.

Resultados/apresentação de dados

Apresentaremos alguns resultados possíveis, alcançados e cabíveis na proposta inicial de investigação do projeto de pesquisa. Como informamos na seção anterior, serão dados a conhecer a ementa e a ocorrência de elementos linguísticos que apontam a escravização de negros nos manuscritos em análise, na ordem apresentada por Cardoso (2009), que é cronológica.

a) Primeiro documento: escritura de vendas de escravos, exarada em 20/06/1861

Documento escrito em fólio *recto/verso* 54, pelo tabelião Camillo José de Oliveira Novaes. Em 22 de junho de 1861, foi vendida as partes de uma escrava Africana de nome Lusía, a qual era propriedade de herança de dois senhores, Demiciano Jose da Silva e Francisco Jose da Silva. Demiciano comprou a parte da herança de Francisco Jose da Silva na referida escrava, que vende a Pedro Monteiro Martins.

No fólio 54r, temos: *Esriptura* (linha 8r); *escrava* (linhas 9, 26 e 29r); *vendedor* (linhas 9 e 10r); *Comprador* (linha 10r); *escrava Africana* (linha 26r); *presença das testemunhas* (linhas 23 do fólio 54r). No fólio 54v: *escrava* (linha 1, 21v); *comprou* (linha 4v); *vendedor* (linha 3, 29v); *vende* (linha 5v); *recebeu* (linha 7v); *comprador* (8, 9, 11, 12, 19, do fólio 54v); *comprou* (linha 4, 21 do fólio 54v).

b) Segundo documento: escritura de venda de escravo, escrita em 27/07/1861

Documento que abrange os fólhos 56 *verso* e 57 *recto/verso* foi escrito por Camilo José de Oliveira Novaes. Escritura de venda das partes de duas escravas, Maria Isabel Parda e sua filha Rosenda, que passa Manoel Rodrigues Fraga a João Antonio da Fonseca.

Ao fólio 56v, encontram-se: *vendedores* (linha 2v); *Esriptura* (linha 7v); *venda* (linha 7v); *Escravos* (linha 7v); *vendedor* (linha 7v). No fólio 57r: *vende/vendido* (linha 1r); *Vendedores* (linha 2, 7r); *escravas* (linha 3, 14, 28r); *pertencer* (linha 3r); *parda* (linha 4r); *vendido* (linha 6r); *recebeu/comprador* (linha 9r); *vendedor* (linha 10r); *Comprado, dominio* (linha 13r); *pertencer, escravas* (linha 14r); *compras* (linha 17r); *vendedor* (linha 19r); *estavendaboa, comprador* (linha 20r); *destavenda* (linha 21r); *daCompra* (linha 26r); *escravas* (linha 28r). O fólio 57v apresenta: *Esriptura, dehypotheca* (linha 13v); *hypotecante* (linha 21v); *hypotecado* (linha 22v);

c) Terceiro documento: escritura de hipoteca de escravo - 20/08/1861

Documento escrito em fólho *verso/recto/verso*, sendo de nº 57 e 58 tendo as mesmas características ortográficas do primeiro, exarado pelo mesmo tabelião.

Escritura de hipoteca do escravo crioulo Justino de vinte anos de idade, o qual é hipotecado por Sabino Dias a Pedro Jose Martins. O hipotecante fica livre da hipoteca do seu escravo a partir do momento que quitar a dívida que é de 430 réis. O jornal do escravizado fica como paga para a dívida, assim vai-se abatendo no total do débito, contraído por empréstimo.

Ao fólho 57v, encontram-se: *Escriptura* (linha 13v); *hipoteca* (linha 13v); hipotecante (linha 22v); *hipotecado* (linha 23v). No fólho 58r: *Epossuidor, escravo crioulo* (linha 1r); *escravo* (linha 1, 9, 11, 14, 16, 19, 24r); *hypoteca, hypotecado* (linha 4r); *recebe* (linha 7r); *hypoteca* (linha 15r); *hypotecante* (linha 17, 20r); *ahypoteca* (linha 22r). Encontram-se *hypotheicante* (linha 4v); *hipotecado* (linha 5, 14, 22v) no fólho 58v.

d) Quarto documento: escritura de venda de escravo, escrita em 15/02/1864

Tal documento ocupa apenas um fólho, sendo este de número 99 *recto/verso*. O documento registra a venda de duas escravas de nomes Barbara e Rosana, cuja posse o vendedor Manoel Vaz de Araujo passa a Jose Pereira de Goveia Guerra. O fólho 99r apresenta: *venda* (linha 6r); *vendedor* (linha 13r); *vendido* (linha 16r); *comprador* (linha 24r); *compradas* (linha 30 e 31r). No *verso* do fólho 99v, tem-se *vendedor* (linha 10v).

e) Quinto documento: escritura de venda de escravo, datada de 17/04/1864.

O manuscrito registra a venda do escravo crioulo Zeferino a Francisco Gonçalves Pacheco, por José Fernandes Vilar. Está contido nos fólhos 100 *verso* e 101 *recto*. Tal documento registra a substituição do escriba Camillo José de Oliveira por Isaac Lange da Cunha, não se sabe o motivo da substituição, mas fica claro na leitura dos seus escritos que seu traçado da letra é de mais fácil leitura, o que se denomina “mão hábeis”, facilitando o entendimento do texto com mais rapidez.

Os dados lingüísticos encontrados no fólho 100v são: *Escriptura* (linha 15v); *Compra* (linha 15, 22v); *vende* (linha 3, 7v); *vendedor* (linha 9v); *venda* (linha 11v); *escravo crioulo* (linha 16 do fólho 100v, linha 5 fólho 101r); *escravo* (linha 16, 21 do fólho 100v; linha 4, do fólho 101r). Ao fólho 101 r, tem-se a palavra *comprador* (linha 14r).

f) Sexto documento: registro de carta de liberdade – 20/05/1864

A carta contempla os fólhos de número 102 *verso* e 103 *recto* e registra a liberdade “dada” a um escravo de nome Adão, filho da escrava Luzia Africana. O documento deixa marcas do que, com alguns estudos já feitos, podemos perceber sobre o “benefício” da liberdade, do senhor em relação ao escravizado.

As realizações linguísticas do registro de liberdade são, ao fólho 102v, *carta de liberdade* (linha 1v); *africana* (linha 9v); *escravo* (linha 3, 7v); *escrava* (linha 8v); *possuidores* (linha 7v). No fólho 103r, encontram-se *carta de liberdade* (linha 13r); *Esriptura de compra e venda* (linha 24r).

g) Sétimo documento: escritura de venda de escravo, exarada em 9/06/1864

O documento inicia-se na última linha do fólho 103 *recto* e 104 *recto* e *verso*. Trata-se da venda de uma escrava de nome Maria, tendo como comprador Antonio José da Costa Carvalho e como vendedor Coronel Roque Alves de Azevedo. Ao longo dos seus fólhos, encontram-se, no fólho 103r, *carta de liberdade* (linha 13r), *compra e venda* (linha 24r); no fólho 103v, *venda* (linha 1v), *vende* (linha 17, 22v), *recebe* (linha 24v); no fólho 104r, *compra* (linha 9) e *escrava* (linha 1, 16, 21 do fólho 103v, linha 10, do fólho 104r).

h) Oitavo documento: escritura de doação de escravo, com data de 18/06/1864

Este documento registra a doação da parte de uma escrava de nome Maria Pelonia. Está contida nos fólhos 104 *verso* e 105 *recto* a doação que se faz por Antonio José Pires a seus sobrinhos, filhos de sua irmã Maria. Ao fólho 104v, constam *doação* (linha 1v); *recebi* (linha 7v); *possuimos* (linha 16v); *recebemos* (linha 19v). No 105r: *doacao* (linha 26r). *Escrava* aparece nas linhas 7 e 15 do fólho 105r.

i) Nono documento: escritura de doação de escravo, registrada em 18/06/1864

Este documento compreende o fólho 105 *recto/verso* e é complemento do anterior, já que trata da doação da segunda parte da escrava de nome Maria Pelonia, dessa vez passada por Manoel José Pires e sua mulher Dona Florentina Maria de Jesus aos sobrinhos. Encontram-se, no fólho 105r: *Esriptura de doação* (linha 7, 21r); *possuimos* (linha 11r); *Escrava* (linha 13r); *recebemos* (linha 14r); *douamos* (linha 18r); *doadora* (linha 22r). Já no *verso* do mesmo fólho, encontram-se *escriptura* (linha 11v), *escriptura de hypotheca*, (linha 21 e 25 e *escravo* linhas 21 e 26.

j) Décimo documento: escritura de hipoteca, de data de 27/06/1864

O manuscrito compreende os fólhos 105 *verso* e 106 *recto/verso*. É uma escritura de hipoteca do escravo José, hipotecado por Manoel da Costa Pereira em benefício do Coronel Antonio da Silva Paranhos. O manuscrito compreende os fólhos 105 *verso* e 106 *recto/verso*.

As realizações lingüísticas no fólho 105v são: *escriptura* (linhas 10 e 21); *hipoteca* (linha 21, 25 e 26); *hipotecava* (linha 11); *hipotecante* (linha 18, 20); *devedor* (linha 21, 25); hipoteca (linha 24). No fólho 106 *recto* e *verso* encontram-se: *africano* (linha 12r, linhas 12v, 16v).

k) Décimo primeiro documento: escritura de doação de escravo, datada de 7/09/1864

Compreendendo os fólhos 109 *verso* e 110 *recto/verso*, o documento trata da doação de um escravo de nome Rufino. A doação havia sido feita quando o dito escravizado era de 8 para 9 anos de idade em escritura particular por Dona Francisca Rosa de Jesus a José da Rosa Xavier, a qual foi oficializada em 07 de setembro de 1864. Os elementos lingüísticos são, no fólho 109v, *escravo* (linhas 2 e 22), *doação* (linha 1), *hipoteca* (linha 24) e no fólho 110 r, às linhas 3r e 9r, a palavra *escravo*.

l) Décimo segundo documento: escritura de venda de escravo, registrada em 12/07/1864

Documento escrito nos fólhos 110 *verso* e 111 *recto/verso*, tratando da escritura de venda da escravizada Guirina, que Francisco Manoel de Cassio passa a José Pereira Guerra. Encontram-se os seguintes dados lingüísticos: no fólho 110v: *escrava* (linhas 2 e 22), *venda* (linhas 1 e 4), *vende* (linha 23), *comprador* (linhas 7, 27 e 28), *compra* (linha 16v); no fólho 111r, encontram-se: *escrava* (linhas 2 e 17), *vendedor* (linhas 26 e 27); no fólho 111v, constam *hipoteca* (linhas 12, 14 e 25).

m) Décimo terceiro documento: escritura de hipoteca de escravo, exarado em 19/12/1864

Escritura de uma hipoteca particular de uma escravinha de nome Maria, passada a Manoel Martins Borges por Manoel Felipe das Chagas. A escravizada é parte dos bens deixados pela sogra de Chagas, Dona Angela Maria da Conceição. Compreende os fólhos 113 *recto/verso* e 114 *recto/verso*.

Acham-se no fólho 113r realizações lingüísticas como *escriptura* (linha 12); *hipoteca* (linha 13); *devedor* (linha 20r e 21r). No fólho 113v: *hipoteco* (linhas 1 e 12); *venda* (linha 16); hipoteca (linha 19). No *recto* do fólho 114: *escravinha* (linha 3); *escrava* (linha 18); *hipoteca* (linha 11).

n) Décimo quarto documento: escritura de hipoteca de escravo, datada de 12/10/1864.

Registro de escritura de hipoteca do escravizado Francisco que passa João Baptista Lustosa a Manoel Martins Borges. O documento foi escrito nos fólhos 114 *verso* e 115 *recto/verso*.

Nessa escritura, no fólho 114v, acham-se *escravo* (linhas 6 e 20), *devedor* (linha 14), *hipoteco* (linha 19); no fólho 115r, *escravo* (linhas 5, 9 e 12); no *verso* do fólho 115r, *venda* (linha 10), *hipoteca* (linha 16 e 17).

o) Décimo quinto documento: registro de carta de liberdade, feito na Fazenda Periquitos no dia 18/11/1864 e transposta para o livro de Notas do Cartório no dia 15/01/1865.

Tal documento refere-se a uma carta de liberdade dada à escravizada Miressa, por Fortunato José Dias. Abrange os fólhos de número 116 *verso*, 117 *recto/verso* e 118 *recto*.

A linguagem desse registro refere-se às transações da liberdade “concedida” em carta, como se vê no fólho 115v: *liberdade* (linhas 24 e 25); no fólho 117r: *escrava* (linha 2), *escravinha* (linha 6), *escrava* (linha 8), *escravidão* (linha 21), *pagou* (linha 6), *hipoteca* (linha 11), *liberdade* (linhas 13, 16 e 24) e *liberta* (linha 13); no fólho 117v: *liberdade* (linha 1), *carta de liberdade* (linhas 18 e 19) e no fólho 118v: *possuidor* (linha 1), *vende* (linha 5), *recebeu* (linha 7), *pagou* (linha 16), *compra* (linha 18).

p) Décimo sexto documento: escritura de venda de escravo de registro em 5/02/1865.

O manuscrito trata da escritura de venda de um escravinho de nome Estevão, de doze anos de idade, que o capitão Antonio Domingues de Souza vende a Roque Alvez de Azevedo Junior. Acha-se registrada no fólho 118 *recto* e *verso*, com as seguintes ocorrências de linguagem no fólho 118r: *mulato* (linhas 8 e 9), *escravinho* (linha 8), *venda* (linhas 7, 13); no fólho 118v: *mulato* (linha 1); *escravo* (linhas 1, 5, 13 e 14).

q) Décimo sétimo documento: escritura de venda de escravo, exarada em 2/03/1865.

O manuscrito compreende os fólhos 119 *recto/verso* e 120 *recto*. Trata-se de uma escritura de venda de um escravo de nome Francisco, que Domingos Ribeiro Vaz vende por meio de seu pai Francisco Váz Tosta a Antonio Joaquim de Vasconcellos.

São realizações linguísticas as seguintes palavras: *crioulo* (linha 23 do fólho 119r, linha 15 do fólho 119v); *escravo* (linhas 1, 25 do fólho 119r; linhas 15 e 21 do fólho 119v; linhas 3 e 22, do fólho 120r). No fólho 119r: *comprador* (linha 2); *vende* (linha 3); *hipoteca* (linha 4); *venda* (linhas 5, 20); *comprador* (linha 6). No verso do fólho 119: *venda* (linha 2); *vender*

(linha 14); *vende* (linha 19); *vendido, comprador* (linha 20); *comprador* (linha 23). E para a transação da venda, acha-se *vendedor* na linha 14 do fôlio 120r.

r) Décimo oitavo documento: escritura de doação de escravo, feita nas Notas no dia 6/03/1865.

Escrita nos fôlios 120 *verso* e 121 *recto* a escritura trata da doação de um escravizado de nome José que Theodora Maria de Carvalho faz a seu genro Lionel Floriano Pinto. Nesta transação, quem assina a rogo de Dona Theodora é Francisco José Rodrigues Manco por esta não saber ler nem escrever.

Encontram-se *escravo*, nas linhas 4, 22 e 25 do fôlio 121r; *doação* nas linhas 1 e 26 do fôlio 120v e linha 1 do fôlio 121r; *cessão edoação do direito*, na linha 21 do fôlio 120v; *posse jus e acção* n alinha 25 do fôlio 120v.

s) Décimo nono documento: escritura de hipoteca de escravo exarada em 16/03/1865.

O documento abrange os fôlios 122 *verso* e 123 *recto/verso* e trata de uma escritura de hipoteca do escravizado Joaquim de Nação, feita por José de Souza Landim ao Major José Pires de Moraes. O jornal do escravizado ficaria para quitação dos juros de 2% da dívida.

No fôlio 122v há palavras tais que: *escravo* (linhas 10 e 11), *hipoteca* (linha 10), *devedor* (linha 27); no fôlio 123r: *crioulo* (linha 8), *escravo* (linhas 6, 8, 11 e 12), *hipotecavalle* (linha 6), *hipotecante* (linhas 10 e 11), *hipotecario* (linhas 15, 27 e 28) *hipoteca* (linha 16).

t) Vigésimo documento: escritura de venda de escravo feita nas Notas em 30/03/1865

Este documento é o último do *corpus* de estudo e compreende os fôlios 123 *verso* e 124 *recto verso*; trata de uma escritura de venda do escravizado José Crioulo pelo comprador Albino de Almeida Ramos e vendedor Modesto José de Souza Landim.

Os seus dados linguísticos são, no fôlio 123v, *crioulo* (linhas 17 e 18), *escravo* (linha 17), *pagou* (linha 3), *venda* (linha 16); no fôlio 124r, *crioulo* (linhas 8, 12 e 19), *possuidor* (linha 8), *vende* (linha 9), *comprador* (linhas 12, 13, 17 e 19), *recebe* (linha 14), *venda* (linha 15); no fôlio 124v: *crioulo* (linhas 3 e 4), *pagou* (linha 1), *comprado* (linha 5).

Discussão dos dados

A cor dizia muito sobre o sujeito no século XIX, período em que se situam os documentos em questão. Ser de uma família da elite pressupunha ser branco,

consequentemente o não ser branco levava esse sujeito à condição de ser inferior. Segundo Loiola (2009), o escravizado era chamado de *preto* e por mais algumas referências que advinham de sua etnia. *Preto* geralmente se referia àqueles que vinham da África, os não nascidos no Brasil (LOIOLA, 2009, p. 21).

Em nosso *corpus*, a denominação “crioulo” é a que prevalece, no entanto, esse termo tem significado diferente para o escravizado, pois crioulo é o mestiço espanhol que vivia nas Colônias da Espanha e que conseguia algum *status* na sociedade espanhola, através de compra de títulos de nobreza. Definitivamente esse não é o sentido do crioulo brasileiro.

No Brasil, esse termo era destinado aos nascidos de escravizados mestiços de negro e mulato. As nações africanas não remetem à etnia do negro, mas ao local de onde ele embarcou na África para vir ao Brasil, porquanto “A documentação reflete o que se escreve dos negros, escravizados ou forros, e sobre os indígenas. É a palavra daquele que domina dando cor e signos àquele de quem se escreve, matizando-os segundo interesses alheios à sua vontade” (LOIOLA, 2009, p. 45).

Partindo disso, a linguagem falada e escrita direcionada ao negro tem o seu poder de evidenciar características da sociedade de dado período; por isso, nosso intuito foi “resgatar” nos manuscritos termos utilizados para referir-se aos escravos na região de Catalão e procurar estabelecer relação inquestionável com a história desta prática.

Buscamos, através da linguagem, apresentar o cenário escravista da cidade de Catalão, a partir da análise de documentos manuscritos que tratam desta prática na região. Tratamos da linguagem destes documentos como indicadores da relação de posse dos senhores em relação aos escravizados doados, vendidos, hipotecados e “libertos”. Neles, pode-se identificar o uso de termos que delimitam o trato aos sujeitos escravizados, tais que “crioulo”, “liberto”, “escravinha”, “dado”, “venda”, “hipoteca”, “é escravo de”, “*escriptura pública*”, dentre tantos outros com que se referem aos escravizados, lavrados em cartório de bens e imóveis.

Acredita-se que o registro dessas escrituras já é, por si, indicador linguístico da relação historicamente marcada entre os donos de mulheres e homens escravizados. Assim, é evidenciado que além de marcar no corpo e no tempo destes escravizados, seus donos deixaram, nos documentos, o rastro incontestável na linguagem de que se serviram para legitimar a posse de seus bens de raiz, os escravizados.

. O passado pode tornar-se significativo para o presente e o estudo da língua como fato histórico nos documentos escritos contribui para melhor compreensão dos tempos de outrora e de seu aparato cultural. Viu-se a recorrência de palavras como *escravo*, *venda*, *vendedor*, *hipoteca*, *dono*, *compra*, *comprador*, *doação* e *doador* revelando a incontestável

prática de submeter humanos à escravidão.

É necessário ressaltar, ainda, palavras da legitimação oficial da prática tais que: *tabelião, testemunhas, cartório, a rogo de, assignam, dono, escritura, escrito, registro* (no sentido de *traslado*), *carta*. O par opositivo, que demarca nitidamente as relações dono/escravizado, se evidencia em *dono/escravo; escravo/liberdade; compra/vende; vendedor/comprador*. Palavras como *posse* e *domínio* demarca na escrita quem era o possuído na escravidão.

Segundo Bakhtin (2000. p. 279), existem tipos de enunciados que evidenciam se o documento é oficial ou não, havendo padronizações para a comunicação oficial ou coloquial. Nosso estudo foca na comunicação dita oficial, nos já referidos documentos cartoriais.

Percebe-se que os padrões utilizados para atender uma dada necessidade, no caso dos manuscritos cartoriais sobre escravização em Catalão, para atender `as necessidades de comprovação legal das negociações de escravizados enquanto “bens materiais”. Observamos que ainda hoje esses padrões prevalecem, tendo mudado somente algumas características estruturais desses textos e o objeto, no caso dos nossos documentos, a mercadoria.

O *corpus* documental em análise traz notícia de escravizados que vinham de toda a região do que era Catalão no século XIX. Portanto, cabe falarmos nesse momento sobre o sudeste goiano e, especificamente sobre Catalão, como a região era composta, quais os arraiais e vilas que pertenciam a então comarca de Catalão.

No século XIX, o cenário territorial do Estado de Goiás foi bastante modificado por conta da investidura na área agropecuária, que proporcionou o povoamento de várias localidades antes inabitadas. Nosso *corpus* documental compõe-se de documentos de 1861 a 1865, período em que estão surgindo várias cidades que hoje fazem parte da microrregião do Sudeste goiano em que Catalão era a principal e maior delas.

Ainda no século XVIII, temos um grande número de escravizados vindo para o interior do país, por conta da busca pelo ouro promovida pelo antigo Império colonial Português. No século XIX, boa parte desse fluxo permaneceu no interior e é essa abundância de mão-de-obra que atraía a atenção dos fazendeiros. Mas esses pretos não provinham somente das sobras da mineração; eram produtos também de importação, isto é, da comercialização interna, acontecida nas diversas regiões do país.

A prática de importação interna evidenciamos nas escrituras que tratam exclusivamente do comércio de escravos na Comarca ou Termo de Catalão. Vejam-se, para a confirmação, as palavras inventariadas na seção *Resultados/apresentação de dados* referentes ao comércio de negros nas escrituras de compra, venda, hipoteca e doação que trazem os

negros com bens de raiz, negociados entre moradores da região, sem que tenham sido importados diretamente da África para as transações citadas.

Convém ressaltar que o fato de todos os documentos serem lavrados em cartório diz respeito à legalidade de que o Estado lançava mão para legitimar, isto é, *dar fé*, a essas transações, em sua maioria comerciais, com exceção de duas cartas de liberdade que constam no acervo. Mesmo que a escravização já viesse sendo condenada, por muitos dos fins do Império, o fato é que não se abria mão de ter um importante instrumento de comercialização, o escravo, sendo este um bem imóvel e como tal, registrado em cartório para tal fim, como evidencia nosso *corpus*.

Os vinte documentos em que nos detemos para essa pesquisa foram, como se observou na leitura das suas ementas, escritos por dois escribas, Camilo José de Oliveira Novaes e Isaac Lange da Cunha; os tabeliães constituem-se outro elemento que legitima os atos notariais. Essa é uma das características externas do documento, chamada na História de “crítica externa”.

A pesquisa, segundo Bloch (2001), tem que partir do “saber ler” o documento, cada qual tem uma especificidade e esta precisa ser usada em seu favor, tanto da compreensão do documento em si quanto do pesquisador que se vale do texto. Um documento não pode ser estudado estando alienado dos demais que o complementam; antes, deve ser pensado em um contexto, aplicando-lhe a crítica externa e interna.

Cardoso (1992), no texto “Uma introdução à História”, discorre sobre o rigor que o historiador deve ter em sua lida com as documentações. No entanto, afirma que mesmo tendo toda cautela, o pesquisador está sujeito a falhas, podendo se “envolver” com o objeto de estudo. Entendemos que mesmo buscando a objetividade científica, na escolha pelo *corpus*, por exemplo, o pesquisador já deixa transparecer a sua subjetividade que, certamente, percorrerá todo o seu estudo.

Le Goff (1990, p. 543-545) coloca o papel importante realizado pelos historiadores tradicionais, mostrando que os métodos elaborados para se validar ou não um documento foram de grande importância. Todo documento está carregado de intencionalidade: atentar-se à maneira como ele foi encontrado, se está preservado ou não nos diz muito sobre ele. Ainda Le Goff nos diz que o documento sempre é fabricação histórica e linguística e, assim, cheio de intencionalidade, como percebemos nos documentos em questão na intencionalidade do escriba e do senhor do escravizado, explícita na linguagem utilizada.

Por ser o documento um monumento (LE GOFF, 1990), concede ao pesquisador a chave para ser eficaz em sua investigação, pois olhá-lo como cheio de intencionalidade, feito

para aludir a algo, fruto de relações de poder, instrumentaliza o pesquisador a se resguardar de algumas armadilhas. “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”, nas palavras de Le Goff (1990, p. 548).

À guisa de conclusão

Acreditamos ter sido relevante inventariar estes documentos sobre o escravismo na região e neles buscar as relações entre a história, evidenciadas e as que se fazem implícitas, no uso de sua linguagem específica. A relação entre história e linguagem evidencia-se como os senhores de escravizados estabeleciam a relação de posse e mando; como os negros se faziam um bem de raiz. A língua escrita está repleta de sentidos e significados e representam para a sociedade um canal de representação das relações sociais.

A preservação e a manutenção desses acervos documentais possibilitam que um povo conheça sua formação cultural e histórica, além de dar margem para várias pesquisas científicas, seja na área de estudos linguísticos ou dos históricos ou, ainda, na abordagem interdisciplinar em linguagem e história.

Sob essa perspectiva, essa documentação e a investigação nela realizada podem esclarecer sobre a atuação de negros, homens, mulheres e infantes, no interior brasileiro, sua inserção na sociedade e contribuir para formação de laços de identidade nesse meio social. Tendo em vista a recente abrangência da discussão sobre as questões raciais, temos aqui um importante instrumento-tema para estudos futuros que não se encerram nem se completam com o que ora apresentamos. Reconhecemos a dimensão ampla que o tema possui e a demanda para estudos mais aprofundados futuramente, mas relatamos aqui a abordagem inicialmente proposta para nossa investigação.

Referências Bibliográficas

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-76.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BLOCH, M. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARDOSO, C. F. S. **Uma introdução à História**. Editora Brasiliense, 1992.

CARDOSO, C. V. **Estudo filológico e lingüístico sobre a escravidão na cidade do Catalão**. 2009, 182f. Monografia (Especialização em Letras), Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Curso de Letras. Catalão-GO, 2009.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COELHO, B. J. **Linguagem: conceitos básicos**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LOIOLA, M. L. **Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 2009.

SPINA, S. **Introdução à Edótica**. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1977.